



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

MORTES POR ARMAS DE FOGO NOS ESTADOS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2000-2016: OS EFEITOS DA CAMPANHA DO DESARMAMENTO

Autores: PAULO RICARDO PRATES, RAIANE BENEVIDES FERREIRA, TÂNIA MARTA MAIA FIALHO, MATHEUS PEDRO DE CARVALHO

Introdução

A temática da violência em geral, e o da criminalidade em particular, tem obtido crescente atenção desde anos 2000, com um aumento significativo na quantidade de estudos. Em menor escala, também os problemas relacionados a das armas de fogo, seu uso, e sua posse e sua disponibilidade para a sociedade no Brasil, vem recebendo crescente atenção. Muitos estudos tentam quantificar ou qualificar esse fenômeno. Ainda assim, existem fortes carências nessa área, devido, principalmente, à inexistência de fontes fidedigna de dados para que possibilite quantificar, abordar ou aprofundar o tema.

A relação de causalidade entre arma de fogo e taxa de criminalidade é alvo de muitos estudos na academia, e vem ganhando destaque ao longo dos anos em função do aumento do número de mortes por arma de fogo e das controvérsias que existem sobre o tema. Alguns autores, a exemplo de Duggan (2001), Stolzenberg e D'Alessio (2000), Cook e Ludwig (1998, 2002), Sloan et al. (1988), Ludwig (1998) e Newton, mostram uma relação positiva entre armas e crime, enquanto outros como Bronars e Lott Junior (1998), Lott Junior e Mustard (1997), e Bartley e Cohen (1998) defendem que tal relação não existe. Na literatura este debate ainda não é conclusivo, dado a complexidade do tema e a dificuldade de dados disponíveis, que impõem restrições metodológicas à pesquisa (DUTRA, 2017).

O Brasil e outros países (Canadá, Nova Zelândia, Colômbia e Japão, por exemplo) ao longo de sua história adotaram políticas de controle ao armamento. Em 1996, o Brasil promulgou a Lei 7865/1996, que instituiu o Sistema Nacional de Armas (SINARM), cujo objetivo era impor restrições ao acesso de armas e definiu o porte ilegal como crime. Já em 2003, sete anos depois, criou-se a primeira política para diminuir o número de mortes por arma de fogo com a criação da Lei do Estatuto do desarmamento. Neste sentido, o objetivo deste estudo é identificar qual a variação do número de mortes por arma de fogo nos estados brasileiros no período de 2000-2016, comparando com um período antes e pós campanha do desarmamento e com o período atual. E com isso busca-se verificar se o Estatuto do desarmamento contribuiu para a redução das mortes por arma de fogo? No atual período de crise que vive o Brasil o número de mortes por arma de fogo aumentou? A metodologia utilizada

Material e métodos

A metodologia adotada neste artigo consiste na análise descritiva de dados. Levantou-se dados do Mapa da Violência e Atlas da Violência para os períodos 2000 a 2016. Com intuito de analisar a variação percentual dos números de mortos provocados por armas de fogo. Inicialmente foram divididos os anos em três períodos, onde o período 1 leva em consideração a média dos anos 2000 até 2005, na qual, este contempla o período que antecede o estatuto do desarmamento. O período 2 foi considerado a média do período de 2006 a 2011, o que seria pós estatuto do desarmamento e por fim, o período 3 que levou em consideração os últimos anos da série de dados analisadas, que reflete os anos de 2012 a 2016. Após a realização das médias para os três períodos, gerou-se as variações percentuais para os períodos 2 para o 1, 3 para o 1 e 3 para o 2.

Resultados e discussão

Dos resultados obtidos e demonstrados na tabela 1 através da análise descritivas de dados, notou-se que à média do primeiro período aquele a qual corresponde ao período que antecedeu a lei do desarmamento, estados como Roraima, Rondônia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Piauí, Paraná, Mato Grosso Brasília de Distrito Federal possuíam taxas de homicídios por armas de fogo maiores que os períodos 2 (corresponde ao cinco anos pós lei do desarmamento) e a média do período 3 (últimos cinco anos da série 2012-2016). Entretanto estados como: Paraná e Mato Grosso a média a taxa de morte por arma de fogo pós-estatuto do desarmamento não reduziram a índices inferiores. Neste caso, esses dois estados tendem a denotar que a lei do desarmamento não foi tão impactante quanto ao demais dos estados brasileiros, assim como, vários estados explicados na tabela 1. Esses números indicam que sem a lei do desarmamento a taxa tenderia ser maiores, uma vez que, as leis proibiram o porte de arma sem licença para porte.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Por outra vertente o mapa da violência (2017) indaga que o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico vigente e a criação de um novo, a aprovação do Plano Nacional de Segurança Pública, junto com um Fundo de Segurança Pública, que contribuem para melhoria das estruturas dos aparelhos de Segurança Pública dos estados mais violentos foram importantes para a redução das taxas de crime provocado por arma de fogo, portanto algumas reduções na taxa são explicadas pelos fatores da época.

Considerações finais

Como dito, ainda não existe na literatura um consenso sobre qual a relação entre armas e crimes, diante desse debate ainda em aberto e da polêmica em torno do tema este estudo teve como objetivo verificar qual a variação do número de mortes por arma de fogo nos estados brasileiros no período de 2000-2016, comparando com um período antes e pós campanha do desarmamento e com o período atual. A fim de verificar quais os resultados da campanha do desarmamento adotada no Brasil sobre o número de mortes provocadas por armas de fogo.

Os resultados alcançados indicam que dos 5 estados com maior média nos períodos que antecederam a política do estatuto do desarmamento foram Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rondônia e Alagoas. Pós estatuto do desarmamento os estados com maior média de homicídio por arma de fogo foram Alagoas, Espírito Santo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, mudando a estrutura que existia antes do estatuto do desarmamento. Destacando que no caso do Rio de Janeiro, por exemplo, que antes da política do desarmamento era o segundo no ranking das maiores médias de homicídios teve uma redução de -0,33% no número de mortes por armas de fogo. Tendo um resultado positivo pós política de desarmamento. Pernambuco que era o estado com maior incidência de mortes por arma de fogo antes do estatuto do desarmamento, passa a ser o terceiro no período de 2006-2011 (pós estatuto de desarmamento), com queda de -0,19%. Já outros estados como Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia tiveram aumentos significativos no número de mortes por arma de fogo, e como isso não é possível se ter clareza quanto aos reais impactos do estatuto do desarmamento, se foi positivo ou negativo para os estados. Todavia, cabe destacar que o período estudado neste trabalho envolve mudanças econômicas e políticas importantes que pode estar atreladas a este resultado, e como os estados que tiveram aumento no número de mortes por arma de fogo são vulneráveis a variações econômicas devido aos baixos indicadores sociais e de renda enfrentados por estes estados.

Referências bibliográficas

DUTRA, Gilson José. Análise da relação entre acesso a armas de fogo e homicídios no Brasil – Viçosa, MG, 2017. Dissertação de mestrado apresentada – Universidade Federal de Viçosa.

VIOLÊNCIA . Atlas da 2017. mapeia os homicídios no Brasil http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253 Acesso em 13/09/2017 as 22:00 horas

WAISELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2010. São Paulo: Instituto Sangari. 2010



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



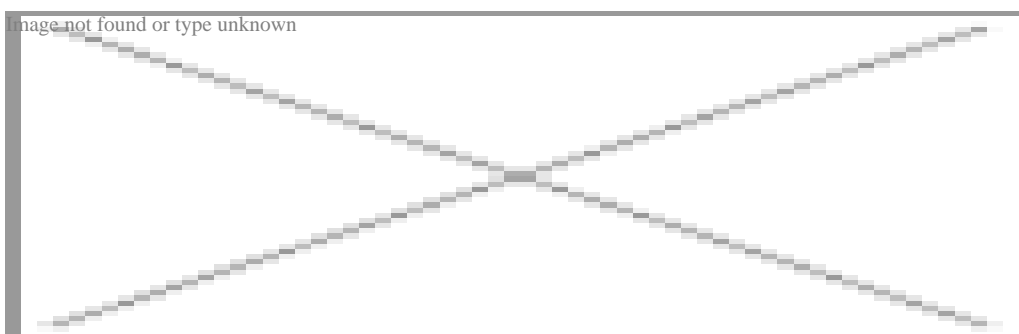
ISSN: 1806-549X

TABELA 1 - ANÁLISE DE MÉDIA DOS PERÍODOS E SUAS VARIAÇÕES.

UF	Período 1*	Período 2*	Período 3*	$\Delta\%$ período 2 e 1	$\Delta\%$ período 3 e 1	$\Delta\%$ período 3 e 2
RO	24.5	21.6	21.9	-0.12	-0.11	0.01
AC	8.4	7.5	16.0	-0.11	0.90	1.13
AM	7.3	16.3	21.0	1.22	1.86	0.29
RR	11.7	7.0	11.2	-0.40	-0.05	0.60
PA	11.9	25.2	30.3	1.12	1.54	0.20
AP	10.2	11.9	19.9	0.16	0.95	0.68
TO	8.0	8.6	14.6	0.08	0.81	0.69
MA	5.1	11.3	22.1	1.21	3.33	0.96
PI	4.3	6.3	12.3	0.49	1.90	0.95
CE	10.4	18.3	38.3	0.77	2.70	1.09
RN	7.8	17.6	36.0	1.25	3.62	1.05
PB	12.4	25.1	30.9	1.03	1.49	0.23
PE	44.9	36.6	30.0	-0.19	-0.33	-0.18
AL	24.3	51.7	51.2	1.13	1.11	-0.01
SE	18.0	21.0	41.9	0.17	1.33	1.00
BA	10.3	25.6	31.5	1.50	2.07	0.23
MG	12.7	14.3	16.1	0.13	0.27	0.13
ES	35.1	40.4	31.3	0.15	-0.11	-0.23
RJ	42.3	28.3	21.7	-0.33	-0.49	-0.23
SP	22.9	9.9	7.6	-0.57	-0.67	-0.23
PR	16.0	23.4	19.3	0.46	0.21	-0.17
SC	5.9	7.5	7.8	0.27	0.32	0.04
RS	13.1	14.8	18.5	0.13	0.41	0.25
MS	18.8	16.3	12.7	-0.13	-0.32	-0.22
MT	21.4	18.8	23.4	-0.12	0.09	0.24
GO	16.2	20.8	32.2	0.29	0.99	0.55
DF	22.9	22.5	21.0	-0.02	-0.08	-0.07

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados extraídos do atlas da violência 2018.

* Período 1 = 2000-2005; Período 2 = 2006-2011; Período 3 = 2012-2016.





CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:

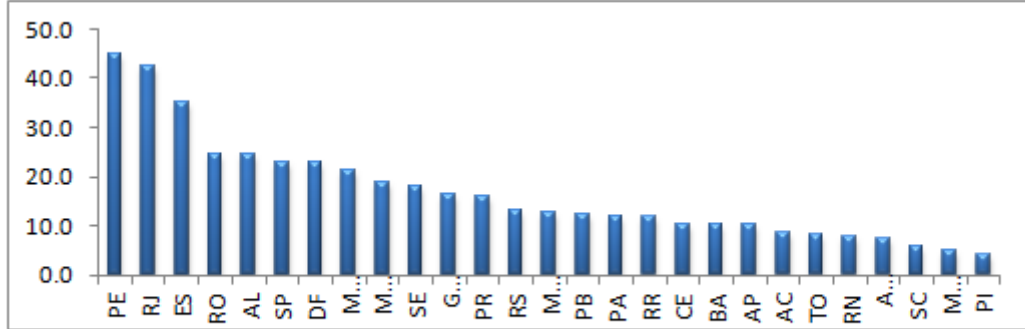


APOIO:



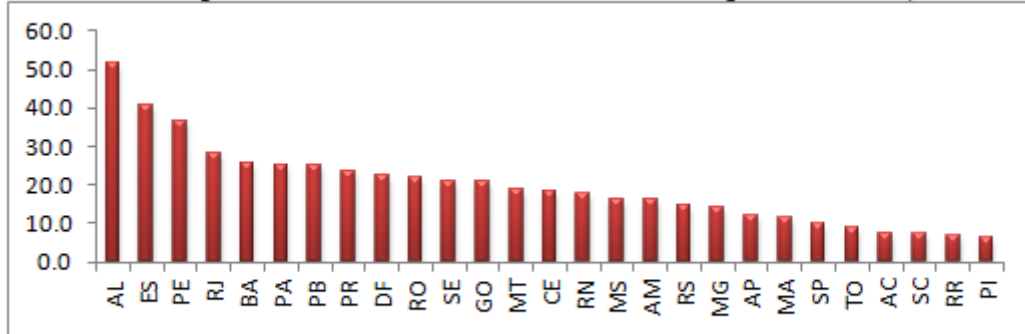
ISSN: 1806-549X

Gráfico 1 - Ranking dos Estados com Maiores Taxas de Homicídio (por 100 mil hab.) Para o Período 1.



Fonte: Processamento Mapa da Violência * 2014: Dados Preliminares.

Gráfico 2- Ranking dos Estados com Maiores Taxas de Homicídio (por 100 mil hab.) Para o Período 2.



Fonte: Processamento Mapa da Violência * 2014: Dados Preliminares.